

**Ano XX n° 5940 – 21 novembro de 2018**

## **Executivo do Santander vai comandar Banco Central**

O executivo do Santander Roberto Campos Neto foi indicado pelo presidente eleito para presidir o Banco Central. A nomeação significa que mais uma pessoa com ligações próximas aos bancos comandará o órgão regulador do setor financeiro. Campos Neto é um dos nomes que aparece na investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) chamada Bahamas Leaks, uma lista de empresários e banqueiros brasileiros com registros de empresas offshores naquele paraíso fiscal, e divulgada aqui no Brasil pelo jornalista Fernando Rodrigues.

O comando do Bacen será trocado de seis por meia dúzia. Sai Ilan Godfajn, um executivo do Itaú e entra um executivo do Santander. A raposa continuará cuidando do galinheiro e ditando as regras do jogo.

O dedo de agentes egressos do Santander na política econômica já causou estragos em Porto Rico. Na ilha caribenha, Carlos Garcia, ex-diretor do Santander, foi um dos principais artífices de uma fórmula de capitalização de juros da dívida pública daquele país, da qual o banco espanhol é um dos maiores beneficiários. Como consequência, uma dívida que era de US\$ 4,3 bilhões saltou para mais de US\$ 70 bilhões.

Para enfrentar a situação o governo norte-americano, que controla a ilha, formou uma junta composta também por ex-diretores do Santander que impôs à população uma política de corte nas políticas públicas e sociais, o que agravou ainda mais a situação calamitosa do país, inclusive com fechamento de escolas e hospitais. Tudo isso para pagar juros de uma dívida da qual um dos principais credores é o Santander.



## **Reforma da Previdência ignora dívida de empresas**

A proposta da reforma da Previdência onera somente os trabalhadores. Enquanto propõe que o brasileiro trabalhe por mais tempo para se aposentar, ignora os R\$ 426 bilhões que não são repassados pelas empresas ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A inadimplência das empresas equivale a três vezes o chamado déficit da Previdência em 2016. Os números, levantados pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), não são levados em conta na reforma de Michel Temer e nem existe nenhuma proposta de pagamento da dívida no novo governo de Jair Bolsonaro.

A concentração da dívida está nas mãos de poucas empresas que estão ativas. Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. E contra a desculpa de que grande parte das organizações foram extintas, a PGFN estudou e classificou as 32.224 empresas que mais devem e constatou que apenas 18% foram desfeitas. A grande maioria, ou 82%, são ativas.

Segundo a Procuradoria, nem toda a dívida pode ser recuperada. Grandes companhias falidas há anos estão no topo da lista de devedores, como as aéreas Varig e Vasp. É provável que quase 60% do valor devido nunca chegue aos cofres do INSS – ou porque são de empresas falidas, em processo de falência, tradicionais sonegadas ou laranjas.

## **Novo governo confirma a criação da Secretaria de Privatizações**

No novo governo, a ordem é privatizar. Confirmado para comandar o superministério da Economia (que deve englobar Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços), o economista Paulo Guedes afirmou que será criada uma Secretaria de Privatizações.

Embora não tenha dado detalhes, a proposta é que o órgão acelere o programa de desestatizações. Durante a campanha do candidato eleito, Guedes defendeu privatizar estatais e órgãos federais, como os Correios e subsidiárias da Petrobras.

As declarações são recebidas pela maioria da sociedade brasileira com grande preocupação. Afinal, não é novidade que o objetivo é entregar o patrimônio brasileiro ao grande capital, ameaçando o desenvolvimento e a soberania nacional.

